

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Refúgio de Eduardo: sinal de que a ficha caiu

Anistia: entre o desejo da oposição e a realidade

A inesperada rota de fuga do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) para os Estados Unidos pegou mesmo os políticos de oposição de surpresa. Pelas conversas ouvidas na terça-feira (18) no Congresso, fez cair algumas fichas de que pode haver uma enorme distância entre o desejo e a realidade de com relação às chances reais de aprovação do projeto de anistia ou al-

gum outro caminho para trazer o ex-presidente Jair Bolsonaro de volta ao páreo. Em um dia, Eduardo Bolsonaro era o virtual presidente da Comissão de Relações Exteriores. No outro dia, torna-se uma espécie de refugiado nos EUA. Sinal de que, por aqui, as chances, mesmo as políticas, parecem ir minguando. Apega-se, então, a uma possibilidade de pressão externa.

Anistia

Na avaliação de um experimentado senador, propositalmente a oposição mistura dois sentimentos diferentes. Haveria, sim, uma maioria que considera que algumas das penas contra aqueles que depredaram os prédios da República no 8/01 teriam sido excessivas.

Bolsonaro

Mas daí a considerar que essa maioria estaria disposta a anistiar o ex-presidente Jair Bolsonaro como comandante de uma tentativa de golpe haveria uma grande diferença. O que pode unir uma grande quantidade de partidos é discutir uma dosimetria das penas.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Tarcísio: provável alternativa a Bolsonaro

O que os partidos ganhariam recolocando Bolsonaro?

Com relação específica a Bolsonaro, parece, na verdade, prevalecer mais a posição do Republicanos. Como conceder anistia a alguém que, a essa altura, nem foi condenado? No dia 25 de março, inicia-se um julgamento preliminar, que irá admitir ou não a denúncia feita pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Muito provavelmente, a 1ª Turma irá aceitar a denúncia por unanimidade. Mas somente aí Bolsonaro se tornará réu. Além da questão jurídica, uma outra questão política: por que os partidos além do PL se associariam para recolocá-lo no páreo? Mesmo os de direita, se sairiam justamente dali uma alternativa para 2026?

Republicanos

O caso do Republicanos é o mais óbvio. A alternativa mais evidente a Bolsonaro é o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Mas se Tarcísio sair para a Presidência, o nome cotado para o governo passa a ser o do prefeito Ricardo Nunes. Por que, então, o MDB apoiaria a anistia?

Kassab

Vale à pena para Kassab contribuir em manter na incerteza o quadro de 2026, com Bolsonaro? Especialmente quando tem no partido também nomes ligados ao governo. Rodrigo Pacheco, por exemplo, cogita disputar o governo de Minas Gerais com o apoio de Lula.

PSD

talvez o apoio de Bolsonaro fosse importante para Tarcísio caso ele dispute a reeleição. Mas ele perde sem esse apoio? No mesmo xadrez estaria o PSD. Gilberto Kassab imagina a possibilidade de ser o candidato a vice-governador. Ganha colado a Bolsonaro?

Caiado

Cálculo parecido parece envolver o União Brasil. Que coloca como alternativa o governador de Goiás, Ronaldo Caiado. Se Caiado tem pouca chance sem Bolsonaro no páreo, chance nenhuma teria na situação oposta. São situações que aumentam a incerteza sobre a anistia.

Eduardo Bolsonaro resolve se refugiar nos EUA

Mesmo sem estar indiciado, ele declarou que teme ser preso

Por Gabriela Gallo

Na véspera da votação das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, o então deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) declarou, nesta terça-feira (18), que não retornará dos Estados Unidos da América (EUA) para o Brasil. Ao anunciar a medida, divulgada através de um vídeo publicado em suas redes sociais, ele licenciou-se de seu cargo como deputado federal. Eduardo Bolsonaro, que já está nos Estados Unidos há 19 dias, afirmou que tomou a decisão para concentrar esforços em supostas negociações de apoio com o governo norte-americano para aplicar medidas para os “violadores dos direitos humanos” – se referindo às prisões dos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro.

Outro motivo de seu refúgio diz respeito ao que ele alega ser uma resposta ao cenário de “perseguição política” que a direita brasileira vem supostamente sofrendo do Supremo Tribunal Federal (STF). Em fevereiro, parlamentares do PT encaminharam à Corte um pedido de apreensão do passaporte de Eduardo Bolsonaro. Os parlamentares alegam que o então deputado estaria atentando contra a soberania nacional e tentando obstruir a Justiça ao se articular com parlamentares americanos para que proibissem o ministro Alexandre de Moraes de entrar nos Estados Unidos. O próprio Moraes solicitou um posicionamento da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre o tema.



Reprodução/X

Eduardo Bolsonaro explicou sua decisão em vídeo nas redes sociais

Com isso, apesar de não estar indiciado, ele comentou que teme ser preso ao retornar ao Brasil. Sem provas, disse que o plano de seus adversários é prender seu pai para assassiná-lo na prisão.

Horas depois da notícia de refúgio, no final da tarde desta terça-feira, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, se manifestou contra o pedido do PT de reter o passaporte de Eduardo Bolsonaro, sob o argumento de falta de provas. Em seguida, Moraes arquivou o pedido.

Relações Exteriores

O então parlamentar estava sendo cotado para assumir a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Todavia, nos bastidores circulou que o

presidente do PL, Valdemar Costa Neto, teria conversado com Eduardo Bolsonaro e vetado sua indicação ao posto porque ela poderia aumentar a tensão com o partido, o que também poderia prejudicar o ex-presidente Jair Bolsonaro. Agora, com o refúgio de Eduardo nos Estados Unidos, o líder da oposição na Câmara, Luciano Zucco (PL-RS) – que se manifestou solidário ao colega de partido – assumirá o cargo.

“Ele [Zucco] irá me ajudar institucionalmente a manter essa ponte com o governo Trump e o bom relacionamento com países democráticos e desenvolvidos. Juntos, nós iremos trabalhar para resgatar liberdades perdidas para o nosso Brasil”, disse Eduardo Bolsonaro.

Estratégia

Para o coordenador de Análise Política da BMJ Consultores Lucas Fernandes, a decisão do filho de Jair Bolsonaro parece ter sido tomada de última hora diante da negativa de Valdemar Costa Neto.

“Talvez o cálculo tenha sido de que, estando nos Estados Unidos, ele conseguiria ter uma projeção maior, por ter uma boa navegação nas redes sociais e conseguir dialogar bastante com o nicho bolsonarista. Isso poderia fazer mais barulho nos Estados Unidos do que dentro da Câmara como mais um deputado sem nenhum cargo especial”. Fernandes ainda ponderou que agora é preciso esperar para ver qual seria a real proximidade dele com o presidente dos EUA, Donald Trump.

Votação do orçamento de 2025 é adiada mais uma vez

Por Gabriela Gallo

Após uma série de negociações, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) definiu que a votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025 ocorrerá nesta sexta-feira (21), a partir das 10h. A CMO alterou o cronograma da semana: nesta quarta-feira (19), haverá reunião de líderes, na quinta-feira (20), a partir das 10h, será a leitura do relatório final do senador Angelo Coronel (PSD-BA), e abertura do prazo de destaques dos membros da comissão. Após ser aprovado na CMO, o relatório precisa ser votado no plenário do Congresso Nacional.

Inicialmente, a votação do Orçamento da União 2025 estava previsto para esta quarta-feira (19). Porém, de acordo com o relator da medida, a votação do relatório terá de ser adiada novamente devido a pedidos do Poder Executivo para reajustar o texto, na intenção de remanejar recursos para o programa Auxílio Gás, que deve custar R\$ 3,6 bilhões.

“Ontem [segunda-feira] surgiu um novo ofício do Banco Central para atender questões do Pix. A Casa Civil do Governo também pediu para aguardar mais um pouco para enviar um novo ofício no dia de hoje [terça]. Então, estou esperando para enviar para consultoria para fechar o orçamento. Isso vai depender da demora do governo”, disse Angelo Coronel em entrevista à rádio Senado, nesta terça-feira (18).

Andressa Anholet/Câmara dos Deputados



Julio Arcoverde adiou votação a pedido do governo

Pix

Na manhã desta terça-feira, o governo encaminhou outro ofício ao Congresso solicitando mudanças no repasse de R\$ 150 milhões ao Banco Central (BC) para o desenvolvimento do sistema Pix. Na sexta-feira (14), o Ministério de Planejamento e Orçamento encaminhou um ofício ao Congresso Nacional solicitando permissão para poder definir ao longo do ano de onde virão os recursos para bancar o comitê gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que ainda precisa ser regulamentado pelo Senado. Anteriormente, o governo ainda propôs o corte de R\$ 7,7 bilhões do programa social Bolsa Família para fechar o orçamento.

Por meio de nota, o presidente da CMO, deputado Julio Arcoverde (PP-PI) reforçou que as alterações apresentadas pelo Ministério “levam os técnicos da consultoria de Orçamento a praticamente rever todo o texto do relatório final do senador Angelo Coronel”. Em outras palavras, quanto mais alterações propostas pelo governo, mais tempo levará para se votar o orçamento.

Considerando que a CMO aprove o relatório do orçamento nesta sexta (21), o texto seguiria para votação do plenário do Congresso no mesmo dia. Todavia, as chances de ambas as Casas terem o quorum necessário para aprovar o texto são baixas, considerando que nas sextas o Congresso é esvaziado.

Além disso, na próxima semana os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), acompanharão o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em uma viagem ao Japão.

Portanto, a não ser que Hugo Motta e Davi Alcolumbre convoquem os parlamentares para comparecerem obrigatoriamente na sexta, a expectativa é que o orçamento somente seja votado no plenário em abril – já que as chances da votação de um projeto de grande relevância como esse sem os presidentes da Casa são baixas.

Comissões

Nesta quarta-feira estão agendadas as votações dos presidentes e vice-presidentes das 30 comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Nesta terça-feira, Hugo Motta se reuniu com os líderes partidários para definir as comissões de interesse dos partidos (e todos deverão decidir ao menos uma comissão). Em um encontro de clima exaltado, ainda ocorreram desavenças entre os partidos.

Um dos embates é entre o PL e o PSD pelo comando da Comissão de Minas e Energia. Enquanto o PL exige seu direito como o maior partido da Casa, o PSD, que está no final da fila de prioridade de escolhas, retruca que deveria prevalecer o acordo entre os líderes firmado na gestão de Arthur Lira (PP-AL). Ficou acordado que a comissão será do PSD.